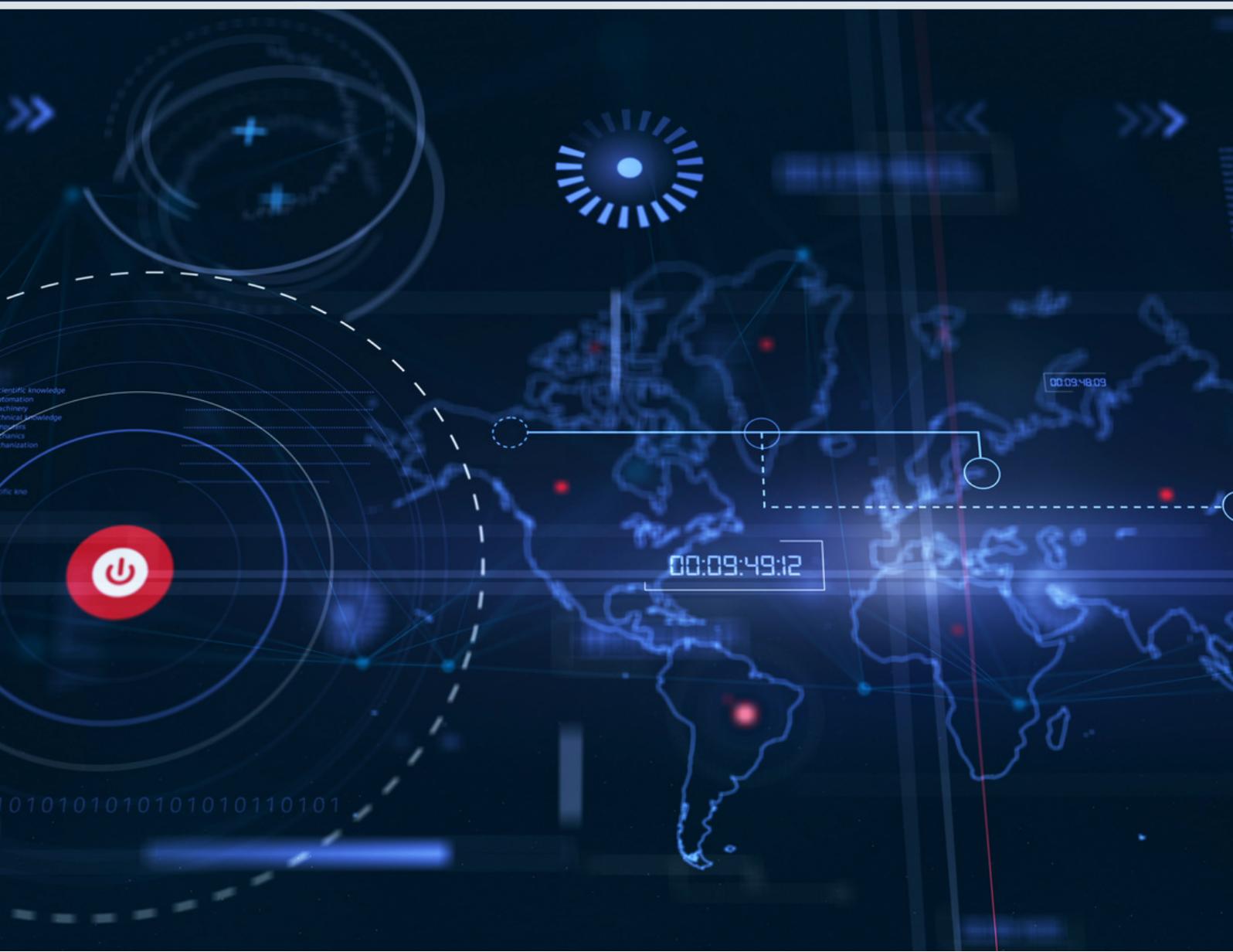




# BOLETIM ESTATÍSTICO 2022



# ÍNDICE

## 01

Mensagem da Presidente

## 02

Processos por espécie

## 03

Notificações e Autorizações

## 04

Inspecções e processos de  
Contravenções

## 05

Denúncias

## 06

Pedidos de Esclarecimentos e  
Pareceres

## 07

Divulgação e Envolvimento

## 08

Principais violações à Lei de Protecção  
de Dados Pessoais (LPDP)

# MENSAGEM DA PRESIDENTE

Este documento é um reflexo do trabalho árduo realizado pela APD, num esforço conjunto com organizações e cidadãos empenhados, para garantir a protecção de dados pessoais em Angola.

Das inúmeras informações que nele consta, sublinhamos os avanços feitos no último ano no campo da protecção de dados pessoais, onde destacamos o aumento do número de empresas privadas que se conformaram à Lei Protecção de Dados Pessoais (LPDP).

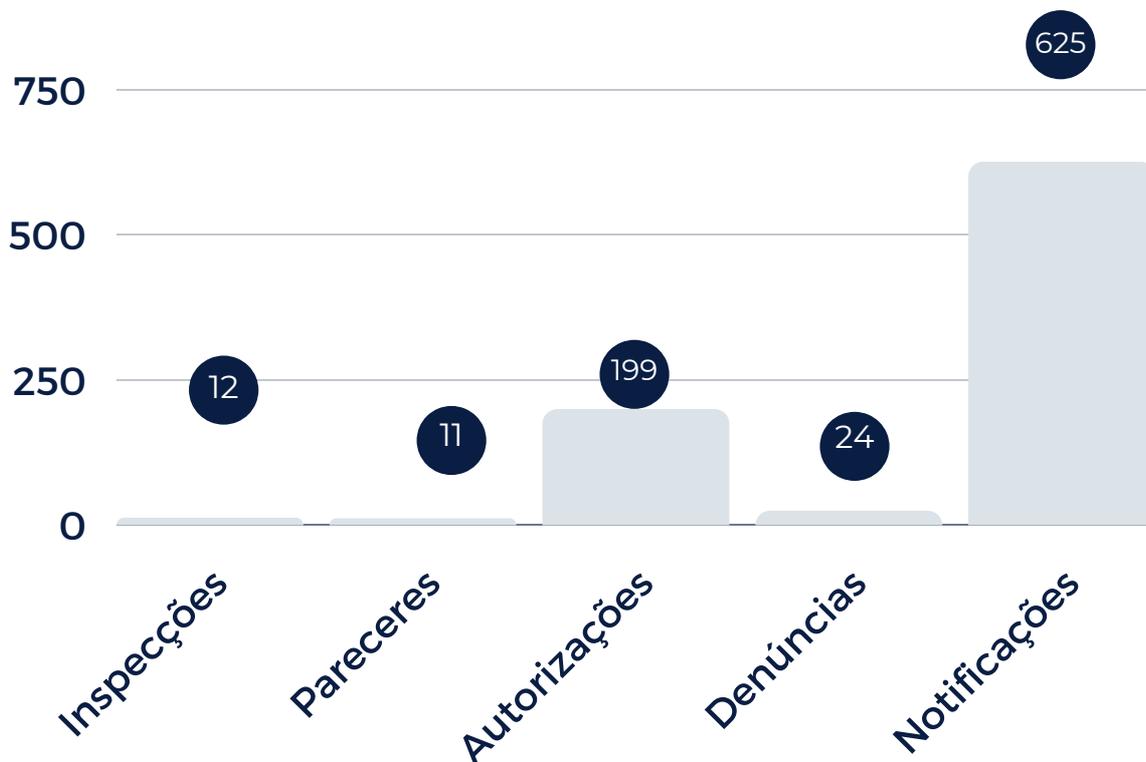
Outro aspecto fundamental abordado neste boletim é a sensibilização. Através de programas nos antigos e novos media, procurámos informar e capacitar os cidadãos sobre os seus direitos e responsabilidades no que respeita à protecção dos seus dados pessoais.

Além disso, este boletim informativo apresenta uma panorâmica dos pedidos de esclarecimento dados pela APD.



**(...) destacamos o aumento do número de empresas privadas que se conformaram à Lei de Protecção de Dados Pessoais**

**Maria das Dores Pinto - Presidente do Conselho de Administração**

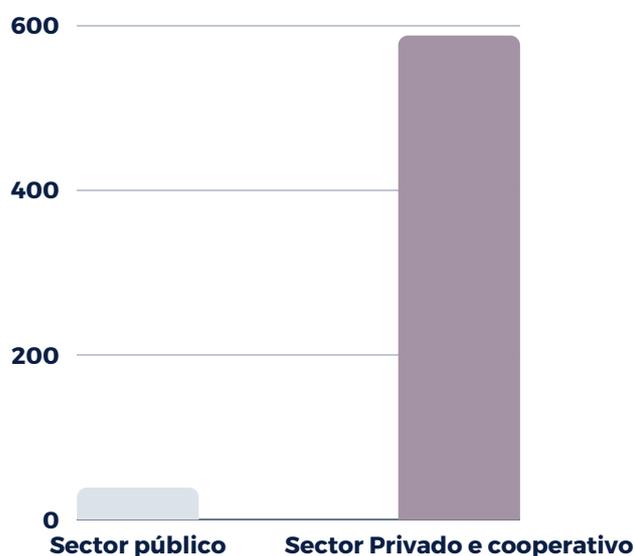
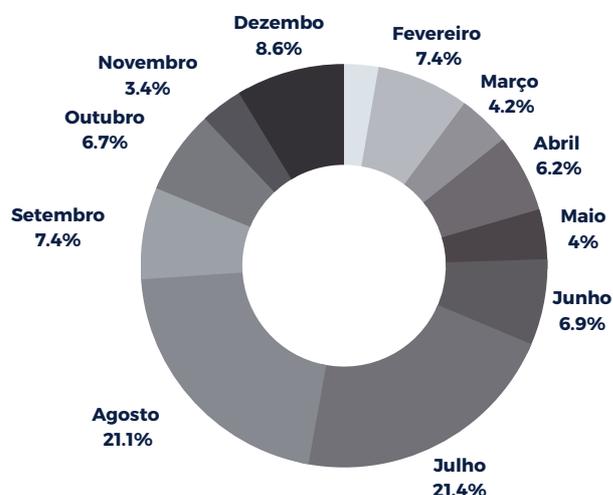


## CRESCIMENTO

2022 foi, em sentido prático, o ano do aumento do movimento processual. Dessa forma, registou-se um acréscimo no fluxo de notificações de tratamento de dados, passando de quatrocentos e oitenta e sete (487) para seiscentos e vinte e cinco (625) - “ mais 138 que em 2021”- ; Com exceção do número de inspeções que decresceram de 48 para 12 inspeções (-36 que em 2021), o crescimento se manteve em outros indicadores, tais como as denúncias que saíram de 13 para 24 ( +11 que em 2021).

# NOTIFICAÇÕES

A notificação de ficheiros de dados pessoais à APD é obrigatória nos termos do artigo 12.º da Lei de Protecção de Dados de Angola. Os sectores privado e cooperativo foram responsáveis por cerca de 587 notificações feitas à Agência, enquanto o mês de julho foi o período com maior fluxo de notificações com 134 casos, representando 21,4% das notificações.

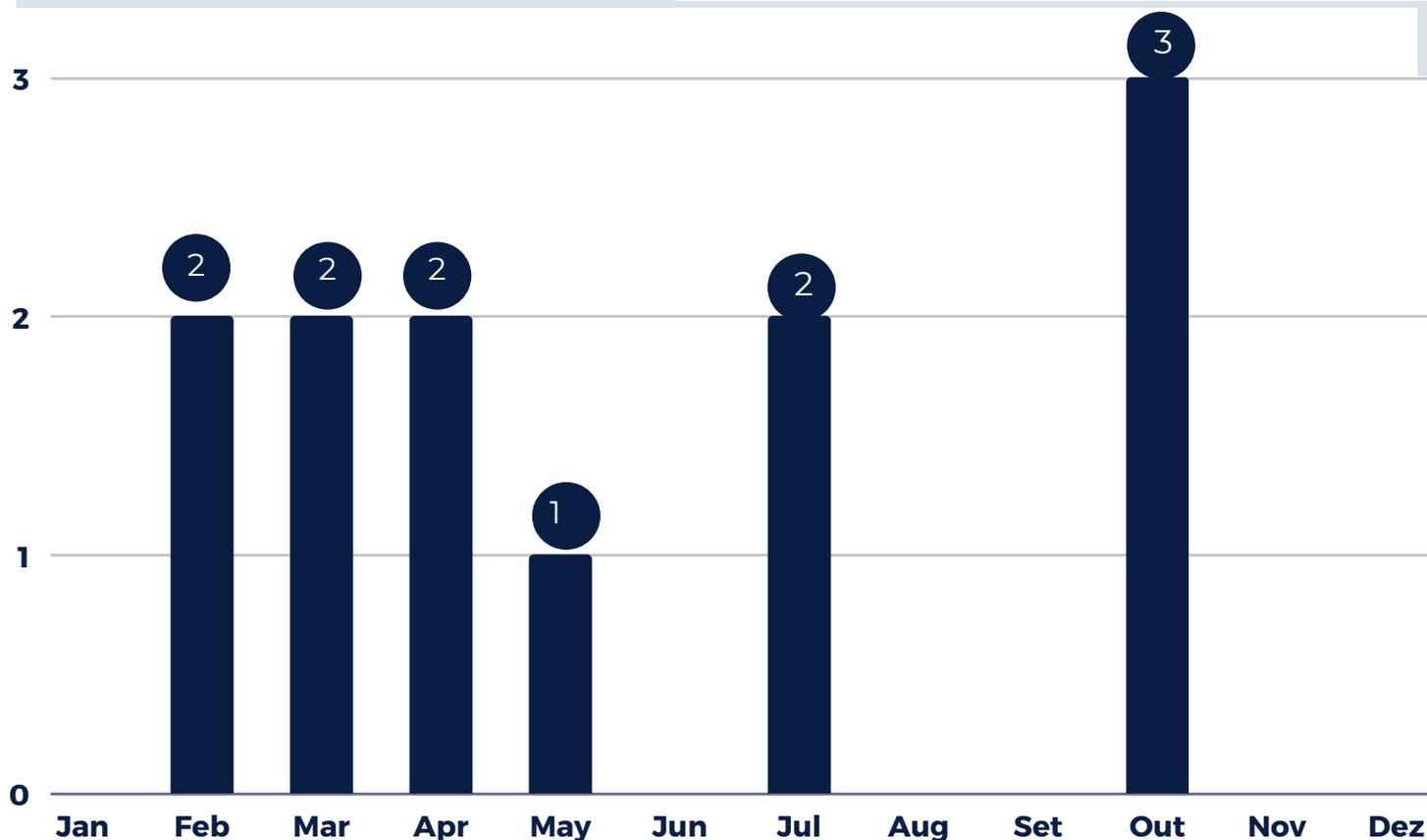


## FICHEIROS DE DADOS PESSOAIS MAIS NOTIFICADOS

Dentre os tipos de ficheiros de dados pessoais mais comuns, registados pela Agência, destacam-se o tratamento de dados com as finalidades de gestão de recursos humanos (114), de gestão de clientes (94), de processamento de remunerações (72) e de controlo de assiduidade (70)

## AUTORIZAÇÕES

Das 625 notificações, foram emitidas 199 autorizações



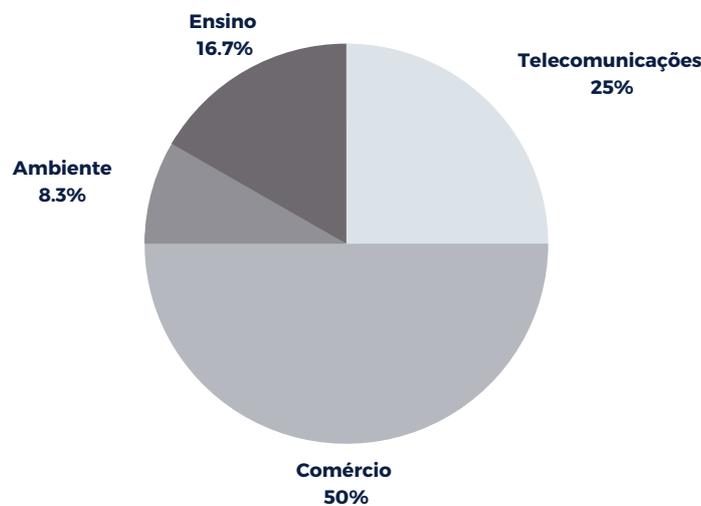
Em termos de inspecção, resultantes de denúncias e averiguações, a APD realizou 12 inspecções, todas elas em Luanda. Das acções de inspecção levadas a cabo, 100% foram efectuadas a entidades privadas. Tratam-se inspecções de carácter pedagógico.

Vale notar que o decréscimo no número das inspecções deve-se ao facto de terem sido estrategicamente priorizadas as acções de notificações à entidades tratadoras de dados pessoais, a fim de legalizarem os seus ficheiros de dados pessoais .

## PROCESSOS DE CONTRAVENÇÕES

Em 2022, foi aberto um (1) de processo contravencional e concluído, igualmente , um único.

As acções inspectivas foram, de um modo geral, de sensibilização, com vista a mobilizar as instituições públicas e privadas a estarem em conformidade à LPDP. Destacamos, abaixo, a percentagem das inspecções feitas por sector de actividade



## DENÚNCIAS

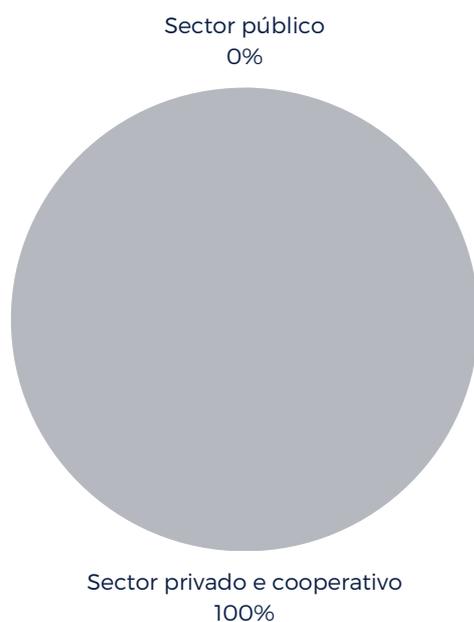
Relativamente ao registo de denúncias, registou-se uma ligeira subida no ano transato, com a apresentação de 24 denúncias, contra 13 do ano anterior, isto é, em 2021.

Estas denúncias foram motivadas pela exposição de dados pessoais, difamação com recurso da plataforma Facebook, ataques cibernéticos, uso indevido de dados pessoais e tratamento de dados pessoais sem o cumprimento das medidas de segurança requeridas pela LPDP

O processo de conformação à Lei de Protecção de Dados Pessoais tem suscitado, seja pelos cidadãos, seja pelas empresas, pedidos de esclarecimentos.

Os pedidos de informação, dirigidos à Agência, têm merecido pronta resposta nos diversos canais à disposição, nomeadamente por email , Zoom , por telefone e presencialmente.

Ao longo do ano de 2022, foram efectuadas 356 sessões de esclarecimentos em matérias de protecção de dados pessoais, todas elas tendo sido solicitadas pelas instituições privadas, conforme destacamos abaixo



## PARECERES

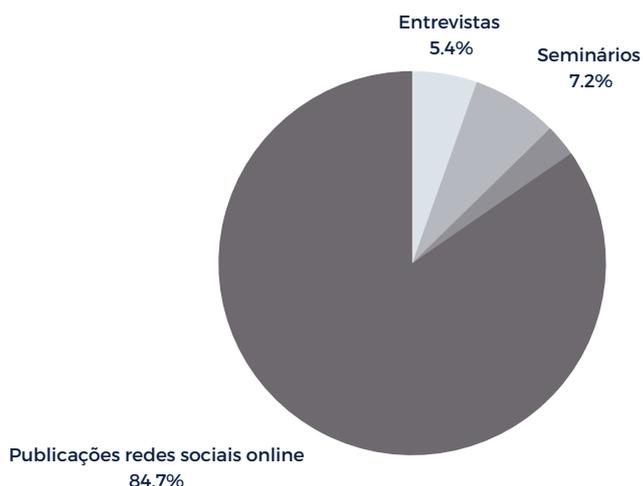
A APD, à luz da Lei 22/11, de 17 Junho , artigo 44.º, deve ser chamada a emitir parecer sobre o acesso aos documentos nominativos e sobre o sistema de classificação de documentos. Deste modo, emitimos onze (11) pareceres em 2022 , contra os quatro (4) do ano 2021.

Pensando em criar uma cultura pública sobre protecção de dados pessoais no país, instituições públicas, privadas e cidadãos foram alvos de inúmeras comunicações.

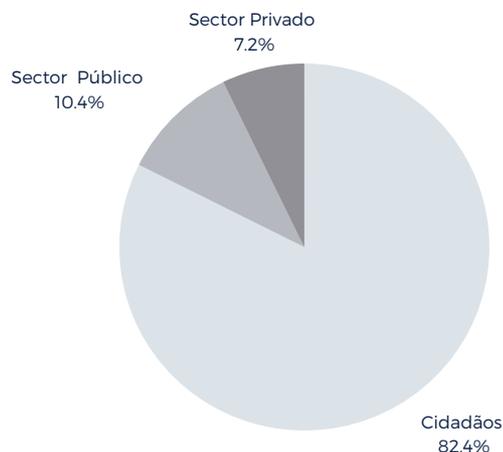
Mantivemos, em 2022, um relacionamento positivo com os órgãos de comunicação social tradicionais e com o jornalismo feito nos novos media, que cada vez mais agendam temas da protecção de dados e da privacidade. Desse bom relacionamento, resultaram 6 participações em entrevistas.

A Lei de Protecção de Dados Pessoais (LPDP) e as competências da APD foram comunicadas, ainda, em outros eventos, nomeadamente em 4 seminários e em 94 publicações, todas reproduzidas para as redes sociais online Facebook, Youtube, LinkedIn, Twitter e site oficial da Agência.

Percentagem por tipo de eventos



Percentagem de eventos por público alvo



**Como resultado das 12 acções inspectivas realizadas o ano passado, como já referido, todas de cunho pedagógico, foram detectadas diversas violações à lei, consubstanciadas no não cumprimento das medidas jurídicas e nas violações da segurança da informação.**

**Listamos abaixo as principais violações :**

**Tratamento de dados pessoais sem notificação prévia à APD;**

**Transferência Internacional de dados sem observância dos requisitos legais;**

**Colecta de cookies sem aviso prévio aos titulares dos dados;**

**Frac implementação das medidas de segurança da informação;**

**Exposição de dados pessoais de cidadãos nas redes sociais online ;**

**Roubo de identidade para criação de perfis falsos nas redes sociais online .**

**Descarte inseguro de dados pessoais;**

**Uso de dados pessoais para fins contrários daqueles que originaram a sua recolha;**

**Recolha de dados pessoais excessivo face à finalidade ;**

**indisponibilidade de dados pessoais com a encriptação dos mesmos;**

**Acesso indevido aos dados pessoais;**

**Divulgação não autorizada de documentos ou informações com dados pessoais, sobretudo de instituições públicas;**

**indisponibilidade concorrido com acesso não autorizado a sistemas ou base de dados pessoais , decorrentes de ciberataques ;**

**usurpação de identidades para diversas finalidades, incluindo criação de perfis falsos**

**Fake News ;**

**Acesso não autorizado a extractso bancários ;**

**Exposição de dados de saúde ( exames médicos )**

# EDITOR

Agência de Protecção de Dados 2022  
Luanda, Angola

---

## CONTACTO

Rua do MAT, Complexo Administrativo  
de Talatona 3.º Edifício , 7.º Andar

+244937930788

[www.apd.ao](http://www.apd.ao)

[geral@apd.ao](mailto:geral@apd.ao)